



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, E AGRONOMIA DO ESTADO DE MATO GROSSO SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA Nº 731 DE 09 DE OUTUBRO DE 2018

1 Aos nove dias mês de outubro do ano de dois mil e dezoito, às dezessete horas e
2 trinta minutos, no Plenário Engenheiro Civil Rubens Paes de Barros Filho, sede do
3 CREA-MT, sito na Avenida Historiador Rubens de Mendonça, nº 491, nesta Capital,
4 realizou-se a Sessão Plenária Ordinária Nº 731, presidida pelo Presidente do CREA-
5 MT: Engenheiro Agrônomo João Pedro Valente, sendo auxiliado pela Conselheira e
6 Diretora Administrativa Engenheira Civil Rejane Mara Castiglione Alves. Para
7 também compor a mesa também foram convidados: O Vice-Presidente Joaquim
8 Paiva de Paula, Diretor Financeiro Edson Domingues de Miranda, Vice-Diretor
9 Financeiro Engenheiro Agrônomo Marcelo Cesar Capelotto França e o Segundo
10 Vice-Presidente o Engenheiro Sanitarista Victor Juliano Barroso da Silva. A Sessão
11 contou com a participação dos seguintes conselheiros: Engenheiro Agrônomo
12 Adilson Amorim Brandão (UNIVAG), Engenheiro Agrônomo Adriano Ronchi
13 (AEA/MT), Engenheira Civil Alessandra Lopes Rodrigues Moreira Castilho (ABENC),
14 Engenheiro Civil Archimedes Pereira Lima Neto (ABENC/MT), Engenheiro
15 Sanitarista e de Seg. do Trabalho Aubeci Davi dos Reis (AMAEST), Engenheiro
16 Florestal Benedito Carlos de Almeida (AMEF), Engenheiro Sanitarista Benildo
17 Valério de Farias (AESAS), Engenheiro Agrônomo Bruno Boscov Braos (AEASA-
18 SAPEZAL), Engenheira Civil Bruna Becker (IBAPE), Engenheiro Agrônomo Carlos
19 Luiz Milhomem de Abreu (AEA/MT), Engenheiro Agrimensor Carlos Roberto
20 Michelini (AREA), Engenheiro Agrônomo Clovis do Lago Albuquerque (AEAPL),
21 Engenheiro Agrônomo Davi Martinotto (AEA/MT), Engenheiro Eletricista Edson Dias
22 (AMEE), Engenheiro Eletricista Edson Domingues de Miranda (SENGE),
23 Engenheiro Civil Elesbão Moreno da Fonseca (SENGE), Engenheiro Agrônomo
24 Eliandro Zaffari (AEAS), Engenheiro Agrônomo Francisco Guirado Fustaine
25 (ANHANGUERA), Engenheiro Florestal Joaquim Paiva de Paula (AMEF),
26 Engenheiro Florestal Joaquim Teodoro da Silva Neto (AENOR), Engenheiro Civil
27 José Augusto da Silva (SENGE), Engenheiro Civil João de Deus Guerreiro Santos
28 (UFMT), Engenheiro Civil José Mura Junior (IEMT), Engenheiro Agrônomo José
29 Renato Perinete (AEAGRO), Engenheira Civil Luanna Cristina de Paula Lima
30 (ABENC), Engenheiro Agrônomo Marcelo Cesar Capelotto França (AEAGRO/ROO),
31 Engenheiro Sanitarista Marcio Roberto de Queiroz Gonçalves (AESAS), Engenheiro
32 Florestal Marcelo Martins Guimarães e Silva (AMEF), Engenheiro Eletricista Marcos
33 Vinicius Santiago Silva (AMEE), Engenheiro Agrônomo Plínio Barbosa
34 (AEAGRO/ROO), Engenheira Civil Rejane Mara Castiglioni Alves Scaravelli
35 (ABENC/MT), Engenheiro Agrônomo Roberto Knoll (AENOR), Engenheiro Civil
36 Ronaldo de Abreu Gonzalez (AENOR), Engenheiro Florestal Ronaldo Drescher
37 (UFMT), Engenheiro Mecânico Sebastião Weis Andrade Junior (SENGE/MT),
38 Geólogo Sinvaldo Gomes de Moraes (AGEMAT), Engenheiro Agrônomo Valmor
39 Volpato (AEAS), Engenheiro Sanitarista Victor Juliano Barros dos Santos (AESAS),
40 Engenheiro Agrônomo Walter José Buzatti (AEAGRO). Passou-se ao primeiro item
41 da pauta: **1. VERIFICAÇÃO DO QUORUM**. Verificado que fora atingido o quorum
42 mínimo regimental, foi instalada Sessão. **1.1. JUSTIFICATIVAS**: Engenheiro Civil
43 Silvano Polh Moreira de Castilho Junior, Engenheira Civil Marciane Prevedelo Curvo,
44 Engenheiro Agrônomo José Mauro Ribamar e Silva, Engenheiro Civil José Francisco
45 Barbosa Ortiz, Geólogo Caiubi Emanuel Kuhn. **1.2. TITULARIDADE**: Assumiram a
46 titularidade: Engenheiro Agrônomo Eliandro Záfari (AEAS/MT), Engenheiro
47 Agrônomo Francisco Guirado Fustaine (AEA-MT), Engenheira Civil Luanna Cristina



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, E AGRONOMIA DO ESTADO DE MATO GROSSO SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA Nº 731 DE 09 DE OUTUBRO DE 2018

48 de Paula Lima (ABENC), Engenheira Civil Bruna Becker (IBAPE). **AUSENCIAS NÃO**
49 **JUSTIFICADAS:** Não Houve. Passou-se ao segundo item da pauta: **2. EXECUÇÃO**
50 **DO HINO NACIONAL:** Fora realizada a execução mecânica do Hino Nacional. **3.**
51 **APRESENTAÇÃO PARA APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO PLENÁRIA**
52 **ANTERIOR:** ATA DA SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA Nº 730, realizada em
53 11/09/2018, às 17h30min. **Em discussão:** Não Houve. **Em regime de votação:**
54 Aprovado por maioria. **Abstenções:** Conselheiro Jose Augusto da Silva (SENGE),
55 Conselheira Bruna Becher (IBAPE) e Conselheiro Davi Martinoto (AEA-MT), tendo
56 como justificativa a não participação na Sessão Plenária nº 730 de 09 de setembro
57 de 2018. **4. LEITURA DE EXTRATO DE CORRESPONDÊNCIAS RECEBIDAS E**
58 **EXPEDIDAS. 4.1. Correspondência recebida:** Não Houve. **4.2. Correspondência**
59 **Expedida:** Não Houve. Passou-se ao quinto item da pauta: **5. COMUNICADOS DA**
60 **MESA: 5.1.** Com a palavra o Presidente João Pedro Valente diz: “Eu peço
61 autorização para inversão de Pauta que trata-se de sua aprovação e também para
62 inscrição da palavra livre para que tenhamos o registro daqueles que desejam se
63 manifestar. Inscreveram-se os seguintes Conselheiros: Arquimedes, Benildo,
64 Michelini, Clovis. **Em regime de votação a pauta proposta:** Aprovada por
65 unanimidade. Eu gostaria de pedir desculpas, pois antes de aprovar a pauta eu
66 deveria ter pedido uma inclusão de pauta de uma proposta que me chegou a poucos
67 instantes, que estava sendo elaborada pela equipe do departamento financeiro e
68 jurídico, sobre a realização de um mutirão de conciliação, pois existe muita
69 pendência financeira, tanto em cobrança administrativa, quanto em cobrança na fase
70 executiva. Então eu gostaria de submeter essa proposta referente ao período/prazo
71 de realização de conciliação aos senhores conselheiros como extra pauta. Podemos
72 então incluir? Então com a aprovação dos senhores, mesmo após termos aprovado
73 a pauta fazemos então essa inclusão. Dando sequência aos comunicados da mesa
74 eu gostaria de pedir inicialmente a Comissão de Sindicância e Inquérito que fora
75 constituída em reunião anterior. Com a palavra o Presidente João Pedro Valente diz:
76 “dando sequência, eu gostaria de iniciar com duas participações, a da comissão
77 Inquérito e também com a fala do Assessor Parlamentar Elói, logo após farei os
78 demais comunicados. Com a palavra o Conselheiro Benildo Valério de Farias diz:
79 “ Em Sessão Plenária anterior, foi constituída uma Comissão de Sindicância e
80 Inquérito, composta por mim Conselheiro Benildo Valério de Farias (AESAs),
81 Engenheiro Agrônomo Marcelo Capelloto França (AEAGRO) e o Conselheiro Marcos
82 Vinicius Santiago Silva (AMEE), onde fui eleito coordenador. O objetivo dessa
83 comissão foi apurar onde se encontravam, os 60 (sessenta) processos da Comissão
84 de Ética, supostamente, perdidos. Desses 60 (sessenta) processos, 13(treze) foram
85 devolvidos pelos Conselheiros designados relatores, 37(trinta e sete) ainda estão em
86 posse de Conselheiros que foram designados para relata-los, e encontram-se na
87 Comissão de Ética. Do total restam 11(onze) processos que não foram
88 encontrados/localizados e que para essa situação temos duas observações a serem
89 feitas, a primeiras é que alguns desses processos estariam com os técnicos, e como
90 eles não mais fazem parte deste Conselho, e a segunda é que esses onze
91 processos já transcorreram mais de 05(cinco) anos, sem nenhuma movimentação, e
92 que conforme dispõe a Lei 6.838 de 29/10/1980 em seu art. 1º, que cita, “ a
93 punibilidade do profissional liberal sujeito a processo disciplinar através de órgão
94 que esteja inscrito prescreve em 05(cinco) anos, contados da data de verificação do



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, E AGRONOMIA DO ESTADO DE MATO GROSSO SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA Nº 731 DE 09 DE OUTUBRO DE 2018

95 fato respectivo”, ou seja a Comissão deliberou em sugerir pelo arquivamento
96 definitivo desses 11(onze) processos devido ao que dispõem a Lei. A única questão
97 discutida, é que estes não existem mais em forma de documento físico, o que não
98 seria possível arquivá-los, essa é a questão que a Comissão coloca ao Plenário,
99 pelo arquivamento dos processos usando como base/subsidio para tal a legislação,
100 ou então a incineração. Em discussão, o Conselheiro Bruno, coordenador da
101 Comissão de Ética questionou qual seria o procedimento com esses 11 (onze)
102 processos que não foram localizados, mas que se encontram em condição de
103 prescrição, e considerando que a Comissão de Inquérito ainda possui trinta dias
104 para conclusão dos trabalhos, e que nesse período iremos colocar para apreciação
105 do Plenário, o posicionamento tomado pela Comissão, que sugere o arquivamento
106 desses processos, frisando que não existem mais o documento físico. E, ainda,
107 aproveito em razão do acontecido de sugerir que daqui para frente passemos a usar
108 um caderno de recebimento de protocolo para que os conselheiros que quando
109 forem acionados posteriormente, não digam que não receberam, que não foi
110 entregue, ou que já devolveram, e não há conclusões e nem sabem onde se
111 encontram os processos, e como eu disse, para que os senhores tenham ideia o
112 processo mais recente nesses 05 (cinco) anos é datado de 27 de junho de 2013,
113 sendo esta a sua última movimentação, porém temos também processos de 2009,
114 2010, a mais de 09(nove) anos sem nenhuma movimentação, o que caracterizaria
115 condição para o devido arquivamento. Então Sr. Presidente, era isso que colocamos
116 para apreciação deste Plenário. Com a palavra o Conselheiro Joaquim Teodoro
117 (AENOR), diz: “Conselheiro Benildo, seria possível você nos informar em quais
118 Câmaras e quantos são processos que a elas estão relacionados, e se existe
119 reincidência desses 11(onze) infratores. ” Com a palavra o Conselheiro Benildo diz:
120 “É possível sim, já que em nosso relatório de inquérito apresentado hoje é uma
121 prévia do trabalho, e considerando que para essa comissão fora concedido um
122 prazo de 90(noventa) dias para a conclusão do referido Inquérito, ainda temos
123 tempo para conseguirmos as informações questionadas pelo Conselheiro. Nós
124 temos o protocolo com o início, quando o interessado deu entrada, o que nos
125 possibilita fazer esse levantamento, trazendo mais dados do processo. ” Com a
126 palavra o Conselheiro Davi Martinotto (AEA-MT) diz: “Eu fico um pouco preocupado,
127 porque toda vez que uma instituição pública perde um documento, existe um
128 procedimento padrão, isso precisa ser publicado em diário oficial, informar qual era o
129 documento, explicar como aconteceu, apresentando toda uma justificativa. Não
130 podemos arquivar um documento que não existe, isso já me deixa temeroso. É
131 preciso levantar quais os documentos que não foram localizados e não existem,
132 fazer o documento padrão de declaração pública de extravio desses documentos.
133 Qual é a recomendação, toda vez que se extravia um documento, deve se tentar
134 recompô-lo, pois não se pode arquivar algo que não existe. Por que se alguém pedir
135 cópia do processo, virá a responsabilidade do CREA, aí sim declarar a prescrição
136 intercorrente, que é a prescrição por não ter tido a movimentação dentro de um ato
137 processual, que é esta prescrição que ocorreu de fato. Apenas reconstruir a página
138 e arquivar, significa varrer a sujeira para debaixo do tapete, e alguns desses
139 processos éticos tem questões jurídicas, pedem um parecer para o CREA, aí dará
140 samba de crioulo doido, motivo pela qual entendo que isso aí é um pouco mais
141 temeroso e delicado, razão pela qual precisamos através do jurídico verificar qual



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, E AGRONOMIA DO ESTADO DE MATO GROSSO SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA Nº 731 DE 09 DE OUTUBRO DE 2018

142 deve ser o procedimento a ser tomado, se tentar reconstruir o processo e depois
143 fazer o procedimento correto. ” Com a Palavra o Conselheiro Benildo diz: “Só
144 justificando o posicionamento do Conselheiro Davi, a Comissão levantou e discutiu
145 sobre essa assunto também, a respeito da legalidade do procedimento, pois fizemos
146 uma varredura no Conselho, inclusive no arquivo da Inspeção de Várzea Grande e
147 não localizamos e chegamos a pensar, ainda, a levar ao conhecimento da parte
148 interessada, pois provavelmente eles teriam uma cópia do processo, e a partir daí
149 daríamos reinício a reconstrução do processo para chegarmos ao procedimento
150 proposto, mas quero mais uma vez frisar, que seriam procedimentos que teríamos
151 que tomar com relação aos 11(onze) processos, os demais já foram sanados.” Com
152 a palavra o Presidente João Pedro Valente diz: “Eu gostaria de agradecer a
153 Comissão de Inquérito que fez um trabalho significativo, e dizer que meu
154 entendimento é parecido com o do Conselheiro Davi, pois existe processos entre
155 esses, que o interessado é o Poder Judiciário, Ministério Público, Empresas
156 Privadas e outros que o interessado é o próprio Conselho. É preocupante, pois não
157 sabemos o desdobramento disso, e não basta arquivarmos, então concluindo meu
158 raciocínio digo que a comissão está construindo um belo trabalho, e está recorrendo
159 ao Plenário pedindo uma ajuda, sobre o que fazer com esses 11(onze) processos
160 não localizados. Aqui existe uma situação muito complexa, pois existe entre esses
161 processos, que sabemos qual foi o Conselheiro que recebeu para relatar, e aí você
162 procura com ele e a sua resposta é que o processo não se encontra mais em seu
163 poder, que já foi devolvido, mas no CREA não existe o registro dessa devolução,
164 somente que ele recebeu. Existe na resolução a possibilidade, ou seja, o amparo
165 legal, para que se abra processo ético contra quem recebeu o processo para relatar
166 e não devolveu, então isso é outra coisa que esse pleno terá que decidir. ” Com a
167 palavra o Conselheiro Walmor Volpato diz: “ Agora eu acho que o CREA tem que
168 tomar uma posição de monitorar isso, porque senão vira bagunça. ” Com a palavra
169 o presidente João Pedro Valente diz: “A sugestão do Benildo corrobora com o que
170 já vimos fazendo, em nossa gestão, haja vista que o Robinho já tem tomado esse
171 cuidado, até a presença de convidados no Plenário está sendo registrado. Por que
172 amanhã ou depois, ocorre que a pessoa precise comprovar sua presença na
173 Plenária, aí teremos anotado o seu registro. Os processos na Coordenadoria de
174 Apoio ao Colegiado, quando se dá carga a alguém, fica registrado. ” Com a palavra
175 Conselheiro Clovis Albuquerque (AEAPL), diz: “ Eu acho que a maturidade desse
176 Conselho, dos Conselheiros e da Diretoria, já pôs a luz para todos verem o bom
177 senso que se está tendo a Comissão de Inquérito em expor no momento em que dá
178 para se fazer uma mudança, uma alteração, mas que em concordância com todos
179 os Conselheiros, que tem muita coisa em jogo, não é somente um papel ou
180 reconstituir, ser favorável a coisa correta. Porém coisas do passado, devem ser
181 analisadas com bom senso, pois o que não tem solução resolvido está. Então para
182 que fique menos exposto o Conselho futuramente, dar o melhor encaminhamento de
183 uma solução possível pela comissão, composta pelos 03(três) Conselheiros
184 experientes, do problema e que seja apresentada na próxima Plenária, esse é o meu
185 posicionamento. ” Com a palavra o Conselheiro Bruno (AESA) diz: “ Eu queria
186 agradecer a Comissão de Inquérito, pelo trabalho, ela já me passou uma prévia dos
187 trabalhos, ela já se antecipou, eu iria apresentar umas sugestões do que poderia
188 ser feito para esse tipo de situação, pois uma das coisa que eu percebi, é que existe



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, E AGRONOMIA DO ESTADO DE MATO GROSSO SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA Nº 731 DE 09 DE OUTUBRO DE 2018

189 uma particularidade de que esses 11(onze) processos, dez ou nove deles teve a sua
190 última movimentação em 2009, isso me chamou a atenção, não sei se foi de uma
191 Comissão Específica, de um Conselheiro, e ao meu ver a partir desse ponto de
192 vista, tem que dar um olhar mais cuidadoso para averiguar se não houve má
193 intenção, desleixo de algum profissional, era isso que eu gostaria de falar, obrigada.”
194 Com a palavra o Presidente João Pedro Valente diz: “Precisamos avançar com a
195 reunião, e Conselheiro Benildo eu entendo que é difícil para esse pleno tomar uma
196 decisão, mas eu já senti que não há espaço para deliberarmos sobre arquivamento,
197 e precisamos encontrarmos outras alternativas, eu acho que tem que vir aos autos o
198 que está sendo feito. É um trabalho feito há várias mãos, a Comissão de Ética
199 solicitou a constituição da Comissão de Inquérito, que já levantou a situação, agora
200 é aquilo que o Conselheiro Clovis falou, existem coisas que não tem solução, pois
201 um processo que não é possível comprovar quem o recebeu para relato, vou abrir
202 um processo ético contra quem? Trabalhar com esses elementos, fazer constar
203 quais passos foram dados, ou seja, o trabalho iniciado pela Comissão de Ética que
204 apontou esse conjunto de processos que se encontravam parados, a Comissão de
205 Inquérito que levantou e identificou a situação desses processos que estão parados,
206 localizou os que foram possíveis e os outros que não foram, então o que fazer?
207 Entendo que exista processo que possa ser reconstruído, mas outros serão muito
208 difíceis, mas isso tem que ser registrado nos autos que a tentativa, a busca da
209 solução existiu, para que futuramente não sejamos questionados, julgados e
210 acusados de prevaricação. ” Com a Palavra o Conselheiro Benildo Valério de Farias
211 diz: “ Complementando essa situação Sr. Presidente, durante os trabalhos da
212 Comissão, foram localizados processos não somente de ética, mas foram
213 encontrados outros quatro processos, né Robinho? Um inclusive de 2006, que se
214 encontrava em carga e em mãos de ex-conselheiros, e que fora restituído, o meio
215 físico. Então isso abre precedente, para algo que o Conselheiro Marcelo, já havia
216 falado anteriormente, que é a digitalização desses processos, para que tenhamos o
217 meio físico, PDF por causa dessas questões. É uma tendência ambientalmente
218 correta e também uma forma de termos os registros desses processos em nossos
219 arquivos. ” Com a palavra o Presidente João Pedro Valente diz: “ Benildo, eu não sei
220 se consegui captar o seu desejo, em trazer esse comunicado ao Plenário, mas eu
221 entendo que você não quer hoje uma decisão, mas sim subsídios, e certamente
222 você já os colheu aqui, através de algumas ideias que surgiram, e oportunamente a
223 comissão deve trazer um posicionamento definitivo para que o Plenário possa votar.
224 O Jurídico está à disposição, o Conselheiro Davi também tem experiência então
225 todos estão à disposição. Eu gostaria de abrir um espaço rápido ao nosso Assessor
226 Parlamentar Elói, juntamente com Conselheira Rejane que faz parte da Câmara
227 Temática em favor da Logística no Mato Grosso, para que eles possam fazer um
228 pequeno comentário sobre o trabalho dessa Câmara e sua continuidade. ” Com a
229 palavra o Assessor Parlamentar Elói diz: “Boa noite! Eu quero agradecer ao
230 Conselheiro Benildo, que solicitou esse espaço, e ao Presidente por ter concedido, e
231 em resposta ao Conselheiro Milhomem que solicitou que eu explicasse porque foi
232 criada a Câmara Temática na Assembleia, em vez de ser frente parlamentar de
233 engenharia. Na verdade o CONFEA havia solicitado a todos CREAs do Brasil que
234 abrisse frente parlamentar como eles abriram também em Brasília, sendo que na
235 ocasião participamos da abertura dessa frente parlamentar em Brasília, eu havia



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, E AGRONOMIA DO ESTADO DE MATO GROSSO SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA Nº 731 DE 09 DE OUTUBRO DE 2018

236 | confidenciado com os dirigentes do CONFEA que eu achava que era um equívoco,
237 | porque a frente parlamentar é formada por parlamentares, que são as pessoas que
238 | presidem, escolhem o tema, definem ou não a frente da Comissão Parlamentar de
239 | acordo com os interesses e as disponibilidades que eles tem. A Câmara Temática
240 | não, esta está nas mãos daqueles que são os membros, que tem o poder de definir
241 | o tema, escolher a direção e ter a liberdade como nós temos em nossa Câmara
242 | Temática aqui na Assembleia Legislativa, inclusive de convocar audiência pública.
243 | Nós não estamos nas mãos de parlamentares, como é o caso da frente parlamentar
244 | como a própria palavra já diz. Nós estamos aqui entre profissionais que fazem parte
245 | da Câmara Temática, lá na Assembleia, e qualquer visitante que lá for participar,
246 | tem a palavra a ser considerada, ficou claro? Eu gostaria então de dizer que a
247 | Câmara Setorial Temática ela foi proposta por um Deputado, que é o Sebastião
248 | Rezende, por ser engenheiro o procuramos para que ele pudesse fazer essa
249 | propositura atendendo a um pedido do CREA-MT, para que fosse criada essa
250 | Câmara em favor da engenharia no Estado de Mato Grosso. O objetivo era
251 | promover um debate que mostrasse o papel da engenharia como fator de propulsão
252 | ao desenvolvimento que as vezes é esquecido, pelos órgãos, pelos deputados,
253 | enfim por toda a sociedade de uma maneira geral sobre a importância que a
254 | engenharia tem no desenvolvimento social, econômico, e buscar soluções viáveis
255 | que venham trazer melhorias na habitação, transporte, educação, saneamento,
256 | energia, segurança, saúde além de abordar todas as questões das ciências,
257 | tecnologia, área de engenharia bem como o social, e implantar questões voltadas a
258 | beneficiar a sociedade como um todo, valorizando o engenheiro e os profissionais
259 | ligados ao sistema CONFEA/CREA. A diretriz a ser abordada quando criamos essa
260 | Câmara Temática foi exatamente com essas palavras que estão aqui. Apresentar na
261 | primeira reunião de trabalho da Câmara Setorial Temática que foi em 29/08/2017, o
262 | desenvolvimento econômico visando o bem-estar social. Observou-se que o
263 | aumento da produção primária que é uma característica do nosso estado sempre
264 | batemos record há décadas de produção primária, e isso necessariamente não está
265 | ligado ao desenvolvimento visto que temos os mesmos problemas de estados que
266 | não tem esse record todo de produção primária, ou seja, temos dificuldades em
267 | educação, em saúde, segurança, e demais outro item também. A definição de
268 | desenvolvimento que nós adotamos foi a da ONU e do BID, e esses órgão são
269 | parceiros que estão conosco na Câmara Setorial Temática, a ONU através do diretor
270 | de infraestrutura que é o Alcídio Bros e a Karine que é a representante do BID aqui
271 | no Brasil que estão nos apoiando. Utilizamos o critério de desenvolvimento que é o
272 | conjunto de elementos ou produtos considerados necessários para que uma
273 | sociedade possa se desenvolver de maneira efetiva, se tornando a base que
274 | determinará a evolução dessa sociedade. Rapidamente falando para que possamos
275 | entender isso, em 2017 os estados brasileiros cresceram 0,5%, o Estado de Mato
276 | Grosso cresceu mais de 12%, e isso não quer dizer que o Estado de Mato Grosso
277 | tenha menos problemas que os demais. O que nos leva a crer que o que fazemos
278 | no estado não é desenvolvimento, é acúmulo de riqueza, porque desenvolvimento
279 | segundo a definição que acabamos de ver do BID e do Banco Mundial é quando a
280 | produção de um estado se desdobra em benefício social, e se isso não ocorrer não
281 | é desenvolvimento. Então, pela amplitude e complexidade dos temas da Câmara
282 | Temática, foi necessário que criássemos blocos de atuação, temos muitos



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, E AGRONOMIA DO ESTADO DE MATO GROSSO SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA Nº 731 DE 09 DE OUTUBRO DE 2018

283 colaboradores, muitos técnicos de engenharia de diversas áreas diferentes, da
284 academia UFMT, através da reitora que tem nos apoiado bastante. Criamos então
285 três ferramentas que abordamos aqui. A primeira foi construir uma ferramenta de
286 gestão e planejamento a longo prazo para o Estado de Mato Grosso, ou seja, nós
287 criamos duas proposituras legal, onde a primeira foi uma alteração na constituição
288 do estado, e a outra a criação de um projeto de lei. O que isso faz? Isso permite que
289 o gestor do estado crie projeto de estado e não projeto de governo como até agora
290 tem se feito. Os projetos de governo são fragilizados pelas suas alterações a cada
291 quatro anos, e o projeto de estado está programado para no mínimo 14(quatorze)
292 anos. Isso então dá uma segurança jurídica para os investidores que querem aplicar
293 no estado tanto nacional, quanto internacional, como também uma segurança que
294 os projetos terão continuidade independente do governo que esteja. É certo que
295 isso dá uma certa flexibilidade, para fazer alguns ajustes de acordo com a demanda
296 que acontece no período da variação cambial ou coisas do gênero. A segunda que
297 também trabalhamos com a tabela TIB, que é uma tabela internacional,
298 convencionado pelas Nações Unidas que possui a origem de toda valoração de
299 serviços eco sistêmicos. Então temos hoje tudo aquilo que é necessário para gerar
300 serviços eco sistêmicos estipulados pelo ministério público através de uma multa, ou
301 a valoração de um estado em determinada área, já que essas informações constam
302 dessa tabela internacional. Essa tabela quando foi criada, não foi levado em
303 consideração o bioma brasileiro, principalmente a característica de Mato Grosso, foi
304 considerada a savana africana, entre outras características. O que isso quer dizer?
305 Isso quer dizer que, quando o Ministério Público estabelece um sansão qualquer,
306 aquele valor tem origem nesta tabela, que nada tem a ver com as características de
307 nossa região, e tudo isso provoca uma injustiça, seja para cima ou para baixo, não
308 sabemos qual. Da mesma forma também onde existe a valoração por uma
309 preservação ambiental, isso também é cometido uma injustiça, porque? Porque a
310 origem desse cálculo vem dessa tabela internacional. Temos o apoio da
311 Universidade Federal, que colocou à disposição dois doutores em economia,
312 especialista no assunto, onde discutimos isso frequentemente, que é algo muito
313 complexo, para encontrarmos qual a metodologia a ser utilizada, para que possamos
314 chegar a uma situação de melhoria e sugerir uma mudança na origem de valoração
315 dos serviços eco sistêmicos. A pergunta é, quanto vale um hectare de terra? Bem
316 depende de onde ele está, depende do que esse hectare possui e tem em cima,
317 depende da distância que ele tem de uma rodovia, do centro urbano, sim, mas se for
318 um cemitério indígena possui um outro valor. Se for floresta tem um valor, se for uma
319 floresta replantada, tem um outro valor, se original, tem um outro valor, essa é a
320 questão, essa é a nossa pesquisa na qual estamos trabalhando e com previsão de
321 finalização até o final do ano. E o terceiro item é a necessidade de que as prefeituras
322 Municipais do Estado devem possuir em nos seus quadros de servidores, cargos de
323 assessor técnico de engenharia. O que acontece? Há algum tempo atrás eu fui
324 procurado por um engenheiro que havia trabalhado comigo em uma empresa
325 anteriormente onde fui diretor, e ele estava me contando uma dificuldade, de que ele
326 estava em uma determinada prefeitura e lá após uma inundação a água levou a
327 ponte embora, e o prefeito foi discutir com os moradores dessa região como essa
328 ponte ia ser estabelecida, e o assessor que o acompanhou era uma advogado, que
329 não tinha condições de prover uma solução para o problema, e não tinha também a



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, E AGRONOMIA DO ESTADO DE MATO GROSSO SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA Nº 731 DE 09 DE OUTUBRO DE 2018

330 obrigação de saber o que fazer, deixando o prefeito meio perdido na situação. Por
331 coincidência esse prefeito na semana seguinte esteve aqui na capital e foi ali no
332 terceiro andar da caixa econômica na avenida do CPA, onde se discute a liberação
333 das emendas parlamentares federais, e ali não tem engenheiro bobo e o prefeito
334 levou consigo o assessor jurídico junto que não conseguia auxiliá-lo. Então, há uma
335 carência de se ter um assessor técnico junto as prefeituras, para que possa auxiliá-
336 lo, e possa tomar uma melhor decisão. Inclusive na liberação de emendas federais.
337 Como isso é uma questão de legislação municipal, nós dentro da assembleia não
338 podemos legislar sobre e para o município. Nosso relator, é procurador da
339 assembleia, rapaz jovem, muito disposto, apoia muito a gente, e estamos buscando
340 uma solução para resolver esse problema. Fomos então procurar o Tribunal de
341 Contas, que havia recentemente publicado uma orientação para que se contratasse
342 um assessor de contabilidade, e os municípios aceitaram, estamos agora tentando
343 pegar uma carona nessa orientação/resolução para conseguirmos colocar lá um
344 assessor técnico da área de engenharia civil, agrônoma, sanitária enfim, que possa
345 dar assistência que o Município precisa. Com a palavra a Conselheira Rejane Mara
346 Castiglione Alves (ABENC) diz: “ Elói, meus parabéns pelo excelente trabalho
347 realizado junto a nossa Câmara Temática, agradeço seu convite, eu também
348 participo dessa Câmara Temática desde 29 de agosto de 2017, e os trabalhos que
349 estão sendo desenvolvidos, são de importantíssima relevância, para proteção de
350 nossa profissão, para abrir campos de trabalhos para os engenheiros,
351 principalmente nessa parte em que afeta a engenharia civil; participamos juntos,
352 fazendo a propositura da criação desses cargos junto as prefeituras, e todo esse
353 trabalho foi coordenado pelo Elói; Além disso recebemos na Plenária anterior aquela
354 moção de aplausos pelo nosso cargo de conselheiro e pelos trabalhos prestados
355 junto ao CREA-MT, através do trabalho do nosso Assessor Parlamentar. Mas a
356 minha pergunta é o seguinte! E a lei de inspeção predial como está, já que você
357 tanto fala, levou o Silvano, eu, fomos até lá e depois não ouvimos mais falar sobre
358 essa lei, como está? Com a palavra o Assessor Parlamentar Elói diz: “Essa lei é, a
359 lei de vistoria preventiva, nós copiamos na verdade essa lei do Rio de Janeiro,
360 trouxemos para cá e adaptamos as características do Estado de Mato Grosso e
361 pedimos a um deputado que apresentasse, o Max Rossi, que tramitou na Plenária
362 da Assembleia Legislativa, foi aprovada, e depois ela foi tramitar nas comissões.
363 Chegou na CCJ – Comissão de Constituição e Justiça - e ali não aprovaram, então
364 tivemos que articular novamente com o deputado, para que se revogasse a decisão
365 da CCJ e voltasse então a tramitar novamente essa nossa lei, o que já
366 conseguimos, pois ela tramitou novamente e retornou a Plenária da Assembleia
367 tendo sido aprovada. Foi então encaminhada ao governador para ser sancionada, e
368 isso ocorreu em janeiro de 2017, precisando agora então ser regulamentada. Nessa
369 regulamentação, encontramos dificuldades, já que ela vai trazer um custo para o
370 estado, que terá que fazer uma vistoria preventiva nos seus prédios, para se evitar
371 acidentes, eventuais sinistros, que possam ocorrer, como tem ocorrido em Brasília,
372 Rio de Janeiro e em outros lugares. Como houve agora a mudança de governo,
373 estamos esperando para que a coisa aconteça. Outra coisa interessante, é a
374 Constituição do Estado de Mato Grosso que diz o seguinte: “Que as Leis
375 sancionadas e promulgadas serão obrigatoriamente regulamentadas no prazo máximo
376 de 90(noventa) dias contados da data de sua publicação, importando em crime de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, E AGRONOMIA DO ESTADO DE MATO GROSSO SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA Nº 731 DE 09 DE OUTUBRO DE 2018

377 | responsabilidade o descumprimento desse dispositivo. ” Teria então noventa dias
378 | para que se fizesse o decreto regulamentando a lei, e desde janeiro de 2017 ainda
379 | não foi feito. Não queremos criar atrito com governador, não é essa nossa intenção,
380 | mas sim de termos uma convivência pacífica com todos esses órgãos, e
381 | entendemos por bem aguardar a mudança de governo. Já consta nos documentos
382 | que apresentamos a todos os candidatos, o decreto dessa lei que vem trazer esse
383 | benefício. Com a palavra o Conselheiro Benildo Valério Farias (AESAMT) diz: “nós
384 | sabemos que seria apenas 5(cinco) minutos senhor presidente, mas gostaríamos
385 | que em outra oportunidade o Assessor Elói tivesse um tempo maior, para expor
386 | mais essa situação, pois é de interesse da comunidade CREA, os trabalhos que ele
387 | vem desenvolvendo. Então gostaria de pedir que na próxima Plenária seja
388 | concedido um tempo maior para essa explanação. ” Com a palavra o Presidente
389 | João Pedro Valente diz: “ Sim, mas vamos demarcar um tempo, pois de 5(cinco)
390 | minutos, passou-se 20(minutos). E continuando para finalizar os comunicados da
391 | mesa eu queria registrar aos senhores conselheiros e em especial aos Presidentes
392 | de Entidades, e quem não for leve essa informação as suas Entidades, que na data
393 | de hoje foi publicado no Diário Oficial o nosso edital do Chamamento Público, então
394 | a partir de hoje a nossa Comissão de Licitação estará recebendo as propostas até o
395 | dia 13 de novembro, data de nossa próxima Plenária, sendo que também, na
396 | próxima Plenária iremos fazer a instalação oficial da comissão de avaliação das
397 | propostas, e cada Entidade poderá apresentar uma proposta de até R\$ 60.000,00
398 | (sessenta mil reais). O edital está publicado no Diário Oficial e no Site do CREA-MT.
399 | Dúvidas que tiverem com relação ao edital, ao projeto, que é muito simples, vocês
400 | poderão estar recorrendo a nossa assessoria para orienta-los na elaboração do
401 | Projeto. Espero que todas as Entidades de Classe apresentem propostas e
402 | consigam acessar esse recurso a fim de dar uma tranquilidade para as atividades
403 | das Entidades de Classe. Outro comunicado que eu gostaria de fazer, é com relação
404 | as atividades que estamos desenvolvendo, o conselho tem para além das suas
405 | atividades administrativas, as atividades de representação institucional e que
406 | estamos sendo bastante demandados. Na semana passada estive no Instituto
407 | Federal de Educação no Campus de São Vicente, e lá fui recebido por toda a equipe
408 | da administração superior do instituto, por representantes da sede, e tive a honra de
409 | receber o convite para fazer a palestra de abertura do evento de uma jornada
410 | científica. Já somam dois eventos que o CREA é convidado a fazer a palestra de
411 | abertura, que foi a comemoração dos 50 anos da engenharia civil da UFMT que
412 | repassamos ao Presidente do CONFEA, e a palestra de abertura da jornada
413 | científica do Instituto Federal. Fiquei muito satisfeito, muito feliz com a maneira que
414 | trataram a mim e toda a equipe. Estive esta semana também em Sorriso, da mesma
415 | forma fui bem recebido pelo Conselheiro Volpato, ao qual eu quero agradecer
416 | publicamente a sua atenção, nos acompanhando na posse do Sindicato Rural de
417 | Sorriso e durante toda a nossa estada naquela localidade. Visitamos também a
418 | Inspeção de Nova Mutum. Gostaria também de agradecer ao Conselheiro Plínio e
419 | também ao Michelin, que representaram o CREA na Universidade Federal de
420 | Rondonópolis, proferindo palestras, da qual recebemos muitos elogios. Nosso último
421 | comunicado, que é sobre um trabalho muito importante que estamos preparando
422 | para o próximo ano que é o plano anual de fiscalização, pois já nos reunimos com a
423 | fiscalização, inspetores. Pedi que as equipes de fiscalização conversassem com os



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, E AGRONOMIA DO ESTADO DE MATO GROSSO SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA Nº 731 DE 09 DE OUTUBRO DE 2018

424 coordenadores de câmaras, mas eu gostaria também de socializar com o conjunto
425 dos conselheiros a importância da contribuição dos senhores na elaboração do
426 nosso plano de fiscalização. Atividade fim do CREA, depende muito de nossa
427 contribuição orientando o que fiscalizar. Impressionante como em todo o momento
428 que me exponho para os profissionais, recebo a cobrança de que não estamos
429 fazendo uma boa fiscalização. Os profissionais acham que não estamos fiscalizando
430 de forma adequada a sua modalidade. Precisamos melhorar o nosso plano.
431 Primeiro existe um conceito errado, "o fiscal me multou". Fiscal não multa, ele
432 preenche o auto de infração, quem multa na realidade é a câmara, quem aprova a
433 aplicação da penalidade é o conselheiro. Então precisamos dizer o que queremos
434 fiscalizar em 2019, e a forma de fiscalizar, e isso deve partir da unidade que é
435 responsável pela normatização. Precisamos ampliar nossa fiscalização, alcançar
436 novas modalidades além daquelas que já estamos fiscalizando. Peço aos senhores
437 que na medida do possível tragam as suas contribuições através das câmaras
438 especializadas sobre o que e como fiscalizar. Eu encerro então esses comunicados
439 e passo a ordem do dia com a Conselheira Rejane Mara Castiglione Alves (ABENC).
440 " Passou-se então ao próximo item da Pauta com a Conselheira e Diretora
441 Administrativa Rejane Mara Castiglione Alves: **6. ORDEM DO DIA: 6.1 -**
442 **Homologação de decisão Ad Referendum:** Não houve. **6.2 – PROCESSOS DE**
443 **REGISTROS:** Não houve **6.3 – PROCESSOS DE INFRAÇÃO A LEGISLAÇÃO –**
444 **6.3.1.Capitulação: Capitulação: Infração à alínea "A" do art. 6º da Lei nº 5.194,**
445 **de 24 de dezembro de 1966: 6.3.1.1. Conselheiro Relator:** Victor Juliano Barroso
446 **dos Santos. 6.3.1.1. Processo:** 2017009977. **Interessado:** Ademir Bork de Souza.
447 **Voto:** (Intempestividade) - Considerando que o processo Consta em Dívida Ativa,
448 conf. Fls. 24 a 26; considerando a deliberação da CEEC 2482 de 19/09/2017, que
449 deliberou pela multa mínima; considerando que, após sete meses de recebimento da
450 deliberação da Câmara o autuado entra com recurso ao Plenário. Pelo exposto,
451 submeto aos meus pares do Plenário o presente voto em seu teor favorável por não
452 reconhecer o recurso interposto pelo interessado, sem análise do mérito, visto que é
453 intempestivo. Recomendar as unidades deste regional, que observe a
454 tempestividade dos recursos e se abstenha de encaminhar o processo transitado e
455 julgado ao Plenário. **Em votação:** Aprovado por unanimidade. **6.3.1.2. Processo:**
456 **2014017153. Interessado:** Valdenir Ferreira Mendes. **Voto:** Intempestividade. **Em**
457 **votação:** Aprovado por unanimidade. **6.3.1.3. Processo:** 2017010418. **Interessado:**
458 Sergio Colucci. **Voto:** Intempestividade. **Em votação:** Aprovado por unanimidade.
459 **6.3.1.4. Processo:** 2018000016. **Interessado:** Cândido Souza Santana. **Voto:** Multa
460 Mínima. **Em votação:** Aprovado por unanimidade. **6.3.1.2. Conselheiro Relator:**
461 **Carlos Luiz Milhomem de Abreu. 6.3.1.2.1. Processo:** 2014017153. **Interessado:**
462 Fernando Serio. **Voto:** Intempestividade. **Em votação:** Aprovado por unanimidade.
463 **6.3.1.2.2. Processo:** 2017001676. **Interessado:** Cezar Francisco Meneguzzi. **Voto:**
464 Manter a Multa. **Em votação:** Aprovado por unanimidade. **6.3.1.2.3. Processo:**
465 **2017000279. Interessado:** Helia Cristina A. Moreira. **Voto:** Manter a Multa. **Em**
466 **votação:** Aprovado por unanimidade. **6.3.1.2.3. Processo:** 2016043525.
467 **Interessado:** Francisco de Assis M. dos Santos. **Voto:** Arquivamento. **Em votação:**
468 Aprovado por unanimidade. **6.3.1.3. Conselheiro Relator:** Sinvaldo Gomes de
469 **Morais 6.3.1.3.1. Processo:** 2014007495. **Interessado:** Habita Bem Rio Verde
470 Imóveis LTDA. **Voto:** Intempestividade. **Em votação:** Aprovado por unanimidade.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, E AGRONOMIA DO ESTADO DE MATO GROSSO SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA Nº 731 DE 09 DE OUTUBRO DE 2018

471 **6.3.1.3.2. Processo:** 2017001102. **Interessado:** Maria Rosangela Santos Silva.
472 **Voto:** Multa Mínima. **Em votação:** Aprovado por unanimidade. **6.3.1.3.3. Processo:**
473 **2017000137. Interessado:** Centro Oeste Digital Telec. LTDA. **Voto:** Multa Mínima.
474 **Em votação:** Aprovado por unanimidade. **6.3.1.3.4. Processo:** 2017007444.
475 **Interessado:** Edimilson Pinto Romero. **Voto:** Multa Mínima. **Em votação:** Aprovado
476 por unanimidade. **6.3.1.3.5. Processo:** 2016021512. **Interessado:** André Gustavo A.
477 Gomes. **Voto:** Arquivamento. **Em votação:** Aprovado por unanimidade. **6.3.1.3.6.**
478 **Processo:** 2017035253. **Interessado:** Leucir Kovalski. **Voto:** Manter a Multa. **Em**
479 **votação:** Aprovado por unanimidade. **6.3.1.4. Conselheiro Relator:** Sebastião Weis
480 de Andrade Junior. **6.3.1.4.1. Processo:** 2014034444. **Interessado:** Divino Pereira da
481 Silva. **Voto:** Multa Mínima. **Em votação:** Aprovado por unanimidade. **6.3.1.5.**
482 **Conselheiro Relator:** Bruno Broscov Braos. **6.3.1.5.1. Processo:** 2017024369.
483 **Interessado:** Leandro Nezi. **Voto:** Manter a Multa. **Em votação:** Aprovado por
484 unanimidade. **6.3.1.5.2. Processo:** 2017004782. **Interessado:** Edson Luiz Bueno de
485 Almeida. **Voto:** Manter a Multa. **Em votação:** Aprovado por unanimidade. **6.3.1.6.**
486 **Conselheiro Relator:** Bruno Broscov Braos. **6.3.1.6.1. Processo:** 2017010269.
487 **Interessado:** Osvaldo Fortes de Oliveira. **Voto:** Manter a Multa. **Em votação:**
488 Aprovado por unanimidade. **6.3.2 – Capitulação: Infração à alínea “E” do art. 6º**
489 **da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966: 6.3.2.1. Conselheiro Relator:**
490 **Marcelo Cesar Capeloto França. 6.3.2.1.2. Processo:** 2018003662. **Interessado:**
491 **Haarslev Industries LTDA. Voto:** Manter a Multa. **Em votação:** Aprovado por
492 unanimidade. **6.3.2.1.2. Processo:** 2017026500. **Interessado:** Bs link Informática e
493 **Telec. LTDA. Voto:** Manter a Multa. **Em votação:** Aprovado por unanimidade.
494 **6.3.2.1.3. Processo:** 2018043387. **Interessado:** AJEL Service LTDA. **Voto:**
495 **Arquivamento. Em votação:** Aprovado por unanimidade. **6.3.2.2. Conselheiro**
496 **Relator:** Plínio Barbosa. **6.3.2.2.1. Processo:** 2017000636. **Interessado:** Andaimés
497 **Metax Equipamentos LTDA. Voto:** Manter a Multa. **Em votação:** Aprovado por
498 unanimidade. **6.3.2.3. Conselheiro Relator:** Carlos Luis Milhomem de Abreu.
499 **6.3.2.3.1. Processo:** 2017007807. **Interessado:** Associação Tapirape de Educ.
500 **Cult. E Comunicação. Voto:** Multa Mínima. **Em votação:** Aprovado por unanimidade.
501 **6.3.2.3.2. Processo:** 2015015093. **Interessado:** Gilberto Morales Informática LTDA.
502 **Voto:** Arquivamento. **Em votação:** Aprovado por unanimidade. **6.3.2.3.3. Processo:**
503 **2015040337. Interessado:** Josmiro Batista de Souza - ME. **Voto:** Intempestivo. **Em**
504 **votação:** Aprovado por unanimidade. **6.3.2.3.4. Processo:** 2016013433.
505 **Interessado:** Josmiro Batista de Souza - ME. **Voto:** Intempestivo. **Em votação:**
506 **Aprovado por unanimidade. 6.3.3 – Capitulação: Infração ao art. 55 da Lei nº**
507 **5.194, de 24 de dezembro de 1966. 6.3.3.1. Conselheiro Relator:** Sinvaldo
508 **Gomes de Moraes. 6.3.3.1.1. Processo:** 2018024580. **Interessado:** Rubens da
509 **Costa Batista. Voto:** Manter a multa. **Em votação:** Aprovado por unanimidade.
510 **6.3.3.1.2. Processo:** 2017001309. **Interessado:** Wellington Almeida Campos. **Voto:**
511 **Multa mínima. Em votação:** Aprovado por unanimidade. **6.3.4 – Capitulação:**
512 **Infração ao art. 58 da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966. 6.3.4.1.**
513 **Conselheiro Relator:** João de Deus Guerreiro Santos. **6.3.4.1.1. Processo:**
514 **2018042950. Interessado:** LOTUS – Serv. De Inspeção. **Voto:** Manter a multa. **Em**
515 **votação:** Aprovado por unanimidade. **I. 6.3.4.2.1. Processo:** 2018043021.
516 **Interessado:** GEOHYDROTECH Eng. S/S. **Voto:** Arquivamento. **Em votação:**
517 **Aprovado por unanimidade. 6.3.5 – Capitulação: Infração ao art. 59 da Lei nº**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, E AGRONOMIA DO ESTADO DE MATO GROSSO
SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA Nº 731 DE 09 DE OUTUBRO DE 2018**

518 **5.194, de 24 de dezembro de 1966. 6.3.5.1. Conselheiro Relator:** Edson Dias.
519 **6.3.5.1.1. Processo:** 2017011346. **Interessado:** Iaia & Calamita LTDA. **Voto:**
520 Intempestivo. **Em votação:** Aprovado por unanimidade. **6.3.5.2. Conselheiro**
521 **Relator:** Sebastião Weis de Andrade Junior. **6.3.5.2.1. Processo:** 2017026491.
522 **Interessado:** Eletro América Serviços Eireli – EPP. **Voto:** Arquivamento. **Votação:**
523 Aprovado por unanimidade. **6.3.5.3. Conselheiro Relator:** Victor Juliano Barroso
524 dos Santos. **6.3.5.2.1. Processo:** 2018043386. **Interessado:** Ajel Service LTDA.
525 **Voto:** Arquivamento. **Em Votação:** Aprovado por unanimidade. **6.3.5.3.**
526 **Conselheiro Relator:** Marcelo Cesar Capelloto França. **6.3.5.3.1. Processo:**
527 2017026507. **Interessado:** Apolo Com. e Serv. De Climatização LTDA. **Voto:**
528 Manter a multa. **Em Votação:** Aprovado por unanimidade. **6.3.5.3.2. Processo:**
529 2016006283. **Interessado:** Valentino e Leocádia Construções e Eng. LTDA. **Voto:**
530 Intempestivo. **Em Votação:** Aprovado por unanimidade. **6.3.5.4. Conselheiro**
531 **Relator:** João de Deus Guerreiro Santos. **6.3.5.4.1. Processo:** 2018042812.
532 **Interessado:** STI Manutenção, Mecânica e Elet. **Voto:** Multa mínima. **Em Votação:**
533 Aprovado por unanimidade. **6.3.5.4.1. Processo:** 2018043614. **Interessado:**
534 Manins – Manutenção e Inst. De Bombas LTDA. **Voto:** Multa mínima. **Em Votação:**
535 Aprovado por unanimidade. **6.3.6 – Capitulação: Infração ao art. 64 da Lei nº**
536 **5.194, de 24 de dezembro de 1966. 6.3.6.1. Conselheiro Relator:** Benildo Valério
537 de Farias. **6.3.6.1.1. Processo:** 2017010493. **Interessado:** HYDROPATNER
538 Hidrometria LTDA - EPP. **Voto:** Manter multa. **Em votação:** Aprovado por
539 unanimidade. **6.3.6.2. Conselheiro Relator:** João de Deus Guerreiro Santos.
540 **6.3.6.2.1. Processo:** 2017024361. **Interessado:** PRODUTIVA – Ind. Com. Import. E
541 Exportação LTDA. **Voto:** Manter multa. **Em votação:** Aprovado por unanimidade.
542 **6.3.6.3. Conselheiro Relator:** Sebastião Weis de Andrade Junior. **6.3.6.3.1.**
543 **Processo:** 2018024426. **Interessado:** Mecatrônica Imp. Exp. Com. Serv. Equip. e
544 Maq. Ind. LTDA-ME. **Voto:** Multa mínima. **Em votação:** Aprovado por unanimidade.
545 **6.3.7. Capitulação: Infração ao art. 67 Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966:**
546 **6.3.7.1. Conselheiro Relator:** Sinvaldo Gomes de Moraes. **6.3.7.1.1. Processo:**
547 2016032526. **Interessado:** Aparecido Miranda Silva. **Voto:** Arquivamento. **Em**
548 **votação:** Aprovado por unanimidade. **6.3.8. Capitulação: Infração ao art. 1º com**
549 **Capitulação no art. 3º da Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977: 6.3.8.1.**
550 **Conselheiro Relator:** Marcelo Cesar Capelloto França. **6.3.8.1.1. Processo:**
551 2017033295. **Interessado:** GECON Gestão em Eng. E Constr. **Voto:** Manter a
552 multa. **Em votação:** Aprovado por unanimidade. **6.3.8.1.2. Processo:** 2018042951.
553 **Interessado:** LOTUS – Serviços de Inspeção Eireli – LTDA. **Voto:** Manter a multa.
554 **Em votação:** Aprovado por unanimidade. **6.3.8.1.3. Processo:** 2016007213.
555 **Interessado:** Construtora Frigo LTDA. **Voto:** Multa mínima. **Em votação:** Aprovado
556 por unanimidade. **6.3.8.1.4. Processo:** 2018028652. **Interessado:** CEA Montagens
557 Ind. Eireli – ME. **Voto:** Multa mínima. **Em votação:** Aprovado por unanimidade.
558 **6.3.8.2. Conselheiro Relator:** Plínio Barbosa. **6.3.8.2.1. Processo:** 2017004764.
559 **Interessado:** DEITOS Metalúrgica - LTDA. **Voto:** Manter a multa. **Em votação:**
560 Aprovado por unanimidade. **6.3.8.3. Conselheiro Relator:** Bruno Boscov Braos.
561 **6.3.8.3.1. Processo:** 2018042927. **Interessado:** MTCASEMOD Com. Prod.de
562 Informática LTDA. **Voto:** Multa mínima. **Em votação:** Aprovado por unanimidade.
563 **6.3.8.4. Conselheiro Relator:** Victor Juliano Barroso dos Santos. **6.3.8.4.1.**
564 **Processo:** 2016043543. **Interessado:** Tenda Construções e Terraplanagem LTDA.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, E AGRONOMIA DO ESTADO DE MATO GROSSO
SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA Nº 731 DE 09 DE OUTUBRO DE 2018

565 **Voto:** Arquivamento. **Em votação:** Aprovado por unanimidade. **6.3.8.5. Conselheiro**
566 **Relator:** Carlos Luiz Milhomem de Abreu. **6.3.8.5.1. Processo:** 2017036033.
567 **Interessado:** Gilberto Morales Informática Eireli-LTDA. **Voto:** Arquivamento. **Em**
568 **votação:** Aprovado por unanimidade. Com a palavra o Presidente João Pedro
569 Valente diz: “Gente no momento em que a Conselheira Rejane fazia a leitura dos
570 votos e colocava em discussão, observei, após contar rapidamente, dos 58
571 (cinquenta) processos votados, desse total 10(dez) foram decididos pelo
572 arquivamento, que corresponde a quase 20%, isso mostra não que eu não esteja
573 preocupado com a arrecadação, mas sim com a qualidade de nossa arrecadação.
574 Isso deixa nítido que precisamos aperfeiçoar o trabalho da fiscalização. Fazendo
575 auto de infração, incomodando as pessoas, isso pega mal para o CREA. Com a
576 Palavra o Conselheiro Joaquim Paiva de Paula (AMEF) diz: “Eu trabalhei muito com
577 fiscalização durante 30(trinta) anos na SEMA, o que acontece com o fiscal? Vamos
578 falar da obra. O fiscal chega na obra, o cara não está com o papel (ART ou os
579 projetos), ele fala que tem, mas não apresenta e aí o fiscal emite o auto, e depois ele
580 apresenta os comprobatórios na sua defesa, porque se o fiscal for esperar ele
581 buscar os documentos demora, então aplica logo a autuação e o interessado vai na
582 lei do direito. Eu estou defendendo os fiscais porque trabalhei nessa área durante 30
583 (trinta) anos, e isso é muito passível de acontecer presidente. ” Com a palavra o
584 Conselheiro Jose Mura Junior (IEM) diz: “Senhor Presidente! A fiscalização quando
585 vai em uma obra, ela vai com computador ou Lep Top? Com a palavra o Presidente
586 João Pedro Valente diz: “sim, agora com tablete, que acessa ao banco de dados. ”
587 Com a palavra o Conselheiro Jose Mura Junior (IEM) diz: “Se tem acesso, não tem
588 porque tocar a caneta, só isso, obrigada! ” Com a palavra o Conselheiro Benildo
589 Valério de Farias (AESA) diz: “A Câmara de Engenharia Civil na última Plenária,
590 designou 03(três) conselheiros para fazer acompanhamento da fiscalização junto
591 com os fiscais a campo, salvo engano foram este Conselheiro que faz uso da
592 palavra, o Conselheiro Albeci Davi e o Conselheiro Ortiz. Realmente é dolorosa a
593 vida dos fiscais na rua. Então Senhor Presidente, já quero deixar registrado que
594 levaremos para coordenação da Câmara Especializada algumas questões
595 pontuadas que pensamos ser importantes trazer para o pleno, com o intuito de
596 melhorar a fiscalização. Dialogando com os fiscais, seria as cooperações técnicas
597 com o ISMTN, e outras instituições que também realizam atividades fiscalizatórias,
598 que podem servir de subsidio para melhorar a fiscalização. Outra questão também
599 já em discussão com os técnicos, seria a fiscalização agendada, onde o fiscal teria
600 muito mais condições de chegar no empreendimento e encontrar os documentos,
601 como o Conselheiro Paiva já havia dito. Para terem uma idéia, dessa fiscalização
602 que acompanhamos, ficamos 28 min em uma determinada obra aguardando o
603 engenheiro, porque o mestre de obra ligou para ele. Para finalizar Presidente, dê
604 uma olhada no salário dos fiscais, isso também é um incentivo maior. Com a palavra
605 o Presidente João Pedro Valente diz: “Só respondendo aos questionamentos do
606 Conselheiro Benildo, pois eu sou muito sensível a provocações. Benildo essa
607 questão da fiscalização agendada, nós já temos a prática a algum tempo,
608 especialmente quando vamos fazer operações no interior, uma semana antes de
609 iniciar a fiscalização no Município, são usados os meios de comunicação para
610 noticiar sobre a operação, e é feito reunião com os sindicatos, Presidentes de
611 Associações, e o gerente de fiscalização vai antes, as vezes juntamente com um



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, E AGRONOMIA DO ESTADO DE MATO GROSSO SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA Nº 731 DE 09 DE OUTUBRO DE 2018

612 Conselheiro. Então isso já é uma prática. Quando a fiscalização chega na zona rural,
613 já se está sabendo com antecedência da fiscalização. Não é possível visitar 20%
614 das obras, o que não torna possível essa comunicação de forma individualizada aos
615 empreendimentos. Quanto a aumento de salário para fiscal, eu não tenho
616 profissional diferente dentro do CREA, todos os profissionais merecem o mesmo
617 tratamento. Quando nós tivermos que fazer valorização do profissional será para
618 todos. E fiscal, sabe que ele é fiscal, quando foi aprovado em concurso e feito a sua
619 convocação para o CREA, já sabe que sua função é fiscalizar. Eu fiz uma pesquisa
620 esses dias junto aos fiscais, teve fiscal que pediu segurança para fazer seu trabalho.
621 Vocês já imaginaram se para cada fiscal tivermos que contratar um segurança, para
622 ir junto com ele fazer o trabalho de fiscalização. Aí fugiremos da realidade, não
623 espere deste presidente tratamento diferenciado, todos serão bem tratados dentro
624 da possibilidade do Conselho. Reajuste Salarial, bonificação, produtividade, tudo
625 isso desde que seja extensivo a todos. Não há no Conselho nenhum profissional que
626 seja melhor que o outro.” Com a palavra o Conselheiro Sebastião Weis de Andrade
627 Junior (SENGE) diz: “Presidente, visando a questão da qualidade da fiscalização,
628 sugiro nós Conselheiros ou profissionais externos, promovermos algum tipo de
629 treinamento aos fiscais de forma setORIZADA, como: civil, segurança, química a fim
630 de dar mais qualidade aos trabalhos.” Com a palavra o Conselheiro Walter José
631 Buzatti (AEAGRO) diz: “ A colocação da divulgação da fiscalização, falta nossos
632 adesivos, vimos na campanha política todo mundo adesivando carro, e nossas obras
633 não tem adesivos. Estou cobrando a um ano e meio, desde que entrei no CREA,
634 tento denunciar, eles dizem que passaram por lá, mas eu não vejo adesivo. Sobre
635 os fiscais em si, estou na terceira gestão e os fiscais estão sempre chorando,
636 querem plano de salários, sendo que uma vez eu fui tachado, pois eu disse que
637 lugar de fiscal é no campo e não no escritório. Eu vou na Inspetoria e vejo o fiscal no
638 balcão, alegando que estão preenchendo os documentos. Talvez um treinamento dê
639 motivação; não questiono a questão do valor da diária se tem que ser igual à do
640 Conselheiro, mas ele tem que saber que a posição dele é diferente da minha, ele
641 não está visualizando muito bem isso, então treinamento, estabelecimento de metas
642 e adesivo nas obras, inclusive nas zonas rurais. A questão salarial é uma questão
643 política, mas há muito choro, pelo tempo que estou aqui, está faltando mais serviço”.
644 Com a palavra o Conselheiro Marcelo Capelotto (AEAGRO) diz: “Pessoal estamos
645 montando um projeto piloto, em parceria com alguns institutos e órgãos
646 governamentais. Um deles é o INDEA, que conseguimos fechar uma parceria, que
647 se trata de troca de informações, e vamos trabalhar com uma fiscalização mais
648 inteligente. Então quando você tem esse banco de dados você consegue cruzar
649 essas informações. A ideia é, montar esse projeto piloto pautado na agronomia e
650 depois levar para as demais engenharias. Sendo assim, através das parcerias,
651 montaremos um banco de dados, para cruzamento de informações e passaremos
652 então para a fiscalização, o que possibilitará uma fiscalização mais assertiva. O
653 pessoal está com tablete agora, isso possibilitará acesso a imagens de satélite e
654 outras ferramentas, como as redes sociais para se comunicar sobre pontos exatos
655 de fiscalização. Creio que até o final do ano o projeto piloto já esteja pronto, e será
656 passado para as outras Câmaras.” Com a palavra o Presidente João Pedro Valente
657 diz: Passamos então ao próximo item da pauta, a apresentação do Balancete do
658 mês de agosto/18 pelo pessoal do financeiro, visto que os membros da COTC, o



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, E AGRONOMIA DO ESTADO DE MATO GROSSO
SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA Nº 731 DE 09 DE OUTUBRO DE 2018

659 Conselheiro Plinio necessitou sair um pouco antes e a Conselheira Marciane está
660 em viagem, sendo assim a apresentação se dará pelo nosso Gerente Financeiro.”
661 **7.0. APRESENTAÇÃO DE RELATÓRIO DE PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS**
662 **TÉCNICOS:** Não houve. **8.0 – COMISSÕES:** **8.1. COMISSÃO DE ORÇAMENTO E**
663 **TOMADA DE CONTAS – COTC. 8.1.2 Processo nº 2018041952 – Interessado:**
664 CREA/MT. **Assunto:** Balancete de Agosto/2018. Deliberação Nº 034/2018.
665 **Abstenções:** Engenheiro Florestal Marcelo Martins Guimarães e Silva (AMEF). **Em**
666 **votação:** Aprovado por maioria. **8.1.3 Processo nº 2018041960 – Interessado:**
667 CREA/MT. **Assunto:** Proposta Orçamentária 2019/2018. Deliberação Nº 035/2018.
668 **Abstenções:** Não houve. **Em votação:** Aprovado por unanimidade. Passa então ao
669 Próximo item da Pauta. **8.2. COMISSÃO DE ÉTICA PROFISSIONAL - 8.2.1.**
670 **Processo: 2017012396. Conselheiro Relator:** Adilson Amorim Brandão.
671 **Interessado:** Osny Alvarenga. **Assunto:** Denúncia em desfavor do Sr. Edmilson
672 Gonçalves de Souza. **VOTO:** Considerando que as alegações apresentadas no
673 recurso ao Plenário (fls. 295 a 454) não se configuram como novos os fatos ou
674 argumentos, por se tratarem de argumentos que já constavam dos autos ou de
675 questionamentos acerca do trâmite processual, este Conselheiro Relator vota por
676 negar o provimento do recurso ao Plenário, mantendo, assim o entendimento pelo
677 arquivamento do processo nº 2017012396. **Em votação:** Aprovado por maioria.
678 **Abstenções:** Engenheiro Florestal Marcelo Martins Guimarães e Silva (AMEF).
679 **8.2.2. Processo: 2015040150. Conselheiro Relator:** Edson Dias. **Interessado:**
680 Clodoveu Francioso. **Assunto:** Denúncia em desfavor do Engenheiro Agrônomo
681 José Maria Fernandes. **VOTO:** Considerando que o relator do processo, O
682 Engenheiro Agrônomo Silvio Bueno Paulikevis em 11 de julho de 2017, recomendou
683 que se mantenha ao processo tendo vista o artigo 8º incisos III e IV, artigo 9º inciso
684 II alínea “a” e artigo 10, inciso I e II alínea “b” da Resolução 1.002/2002 do Confea.
685 Determinando ainda que seja ao profissional, a pena de Advertência Reservada, nos
686 moldes do artigo 71, alínea “a” ambos da Lei 5.194/66, e que seja notificado em
687 prazo de 60 dias para interpor recurso. Considerando, que a Câmara Especializada
688 de Agronomia na reunião ordinária nº 715/2017 conforme decisão 107 – CEAGRO
689 data no dia 18 de agosto de 2017 decidiu: “Aprovar o voto do Conselheiro Relator. E
690 determina ainda que, se notifique o Denunciado acerca da decisão fixando-lhe o
691 prazo de 60 dias contados da notificação para interpor o recurso”; Considerando que
692 o Sr. Clodoveu Franciosi através de seu advogado, protocolou em 26 de outubro de
693 2017, requerimento para que o Engenheiro Agrônomo José Maria Fernandes
694 tivesse uma penalidade maior que a “Advertência Reservada” emitida pela
695 CEAGRO, e neste requerimento solicita que a penalidade passe para “Censura
696 Pública”, explicando que o requerimento solicita que a penalidade passe para
697 “Censura Pública”, explicando que o interessado está sendo processado no valor de
698 R\$ 4.184.610,00; Considerando que o Engenheiro Agrônomo José Maria Fernandes,
699 protocolou em 30 de outubro sua defesa sem apresentar novos fatos. Diante dos
700 fatos apresentados, este Conselheiro relator, sugere que permaneça a aplicação da
701 “Advertência Reservada” emitida pela CEAGRO em 26 de outubro de 2017, e
702 considera a solicitação do Recurso ao Plenário improcedente. **Em discussão:**
703 Processo retirado de pauta. Passou-se então ao próximo item da Pauta. **9.0 –**
704 **EXTRA:** Com a palavra o Presidente João Pedro Valente diz: “Reiniciamos a
705 gravação de nossa Plenária, visto que estava interrompido para votação de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, E AGRONOMIA DO ESTADO DE MATO GROSSO SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA Nº 731 DE 09 DE OUTUBRO DE 2018

706 processo ético, e agora trataremos do mutirão de conciliação será apresentado pela
707 nossa equipe: Superintendente Átila e sua equipe. Aliás eu vou explicar para ser
708 mais rápido, a rigor é abrir prazo, divulgar via site para as pessoas físicas e jurídicas
709 que estão em débito com o CREA-MT, concedendo descontos nas multas e juros
710 para aqueles que se dispõem a regularizar. Possuímos um volume significativo de
711 valores em fase administrativa bem como já inscrito em Dívida Ativa, pendentes de
712 recebimento. A equipe do financeiro, juntamente com o jurídico fizeram um estudo,
713 e entenderam ser possível fazer um mutirão para tentar recebermos. Precisamos
714 baixar esse índice de inadimplência com Dívida Ativa, pois trata-se de objeto de
715 apontamento de auditorias tanto do CONFEA como do TCU, que verifica se o gestor
716 está olvidando esforços para recebimento desses valores. Essa é a proposta, abrir
717 um prazo de 15 dias, prorrogável por mais 15. ” Com a palavra o Superintendente
718 Átila diz: “Presidente, para aprovação do Plenário, seria interessante fazermos a
719 leitura dos incisos que correspondem ao mutirão da conciliação, então para se fazer
720 a oportunidade de pagamento diferenciada ficou nos seguintes termos: I. Para
721 pagamento a vista ou em parcela de até 30 (trinta) dias, desconto de 100% sobre
722 multas e juros; II. Pagamento em até 10 (dez) vezes desconto de 80% sobre multa e
723 juros. Os descontos serão realizados pela Gerência Jurídica – GEJUR, e a Gerência
724 Administrativa – GEAF, conforme a localização do processo de cobrança. Compete
725 ao advogado do CREA-MT, a renunciado recebimento de honorários advocatícios,
726 administrativos e judiciais de cobrança, fazendo se constar no termo de acordo, que
727 o não pagamento de qualquer parcela na data pactuada motivará o vencimento
728 antecipado das demais e o débito será encaminhado ao Fórum judicial competente
729 para a execução fiscal do saldo devedor. Para a obtenção do parcelamento o
730 interessado ou o representante legal, deverá assinar o termo de confissão de dívida.
731 Em caso de dívida já ajuizada a gerência jurídica providenciará sua suspensão tão
732 logo seja assinado o termo de confissão de dívida e efetuado o pagamento da 1ª
733 parcela. A baixa total deverá ser efetivada após a liquidação do débito. A certidão
734 de regularidade emitida durante a vigência do parcelamento, deverá conter prazo de
735 validade até o vencimento da próxima parcela, podendo o CREA-MT, revalidar
736 sucessivamente durante o exercício. O mutirão da conciliação ocorrerá durante o
737 período de 15.10 a 30.10.2018, prorrogável por mais 15(quinze) dias a critério da
738 presidência. Com isso estaremos provocando uma possibilidade de adimplemento
739 de profissionais registrados no sistema CONFEA/CREA, as pessoas físicas e
740 jurídicas atuadas em multas, juros e honorários advocatícios ou seja cairá de uma
741 forma significativa os débitos atualmente constantes no CREA-MT. Já temos
742 material publicitário pronto, para que havendo a aprovação do Plenário possa ser
743 divulgado. O mutirão abrangerá não apenas os processos em cobrança
744 administrativa bem como os que estão ajuizados em instâncias federais. ” **Em**
745 **Discussão:** Com a palavra o Conselheiro Carlos Roberto Michelinei (AREA) diz: “ O
746 ponto que eu gostaria de colocar, é sobre o prazo, pois o tumulto que estamos
747 vivenciando no país, de 15 a 30.10.2018, é pouco para se desenvolver. ” Com a
748 Palavra o Conselheiro Benildo Valério de Farias (AESAs) diz: “É a questão do prazo,
749 pois dias 12 é feriado. ” Com a Palavra o Conselheiro Edson Dias (AMEE) diz:
750 “Existe algum impeditivo para que o prazo seja maior? Para que possamos fazer a
751 propaganda, para que a sociedade saiba. Com a Palavra o Conselheiro Archimedes
752 Pereira Lima Neto (ABENC) diz: “Minha questão é na parte anterior, hoje vimos



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, E AGRONOMIA DO ESTADO DE MATO GROSSO SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA Nº 731 DE 09 DE OUTUBRO DE 2018

753 sobre as finanças do CREA, transparência total, parabéns, referência no Brasil,
754 vimos esse mês, vimos programação para 2019. Presidente! Eu não entendi por
755 que fazer a conciliação, é obvio que temos que receber nestes termos que estão
756 aqui, estou usando como parâmetro a Prefeitura de Cuiabá e o Governo de Mato
757 Grosso de juros e multa desconto de 80 e 90%, 100% nunca vi em lugar nenhum. E
758 ainda mais os advogados do Estado e da procuradoria do município abrirem mão
759 também nunca tinha visto. Nós não estamos com pires na mão para pagar o 13º, eu
760 só queria saber uma coisa, porque o tamanho desse negócio, de abrir mão do
761 tamanho da receita? Eu sei que é para chamar o povo para quitar suas dívidas,
762 visto que é início de uma gestão, mas eu estou assustado com o tamanho do
763 desconto que não tem parâmetro com outros órgãos. ” Com a Palavra o Conselheiro
764 Sinvaldo Gomes de Moraes (AGEMAT) diz: “Minha dúvida é o seguinte! Eu quero
765 saber se as dívidas parceladas vão entrar nesse REFIS, ou não? Também
766 Archimedes cita que os outros órgãos têm dado sim, até 95% de desconto. ” Com a
767 palavra o Presidente do João Pedro Valente diz: “Eu gostaria de fazer uma
768 colocação ao Archimedes que é a seguinte: a questão do amparo legal para o
769 tamanho desses descontos eu me submeto aos estudos dos advogados, que
770 trouxeram essa proposta, tanto que é uma proposta que está sendo submetida ao
771 Plenário, quem irá aprovar ou não será o Plenário. Com relação a fazer o
772 chamamento é porque um número que chegou para mim que eu quero acreditar que
773 ele não seja real e de que, se pegarmos todas as pendências que existe no CREA,
774 dá algo em torno de R\$ 15.000.000,00 a 16.000.000,00, sendo que muitas delas já
775 sem alcance, por prescrição. Então, o TCU tem notificado de forma veemente os
776 conselhos que não estão buscando receber esses passivos, pois fica uma situação
777 cômoda, as pessoas pensam que não pagamento, ficará por isso mesmo. Então é
778 preciso exercitar essa cobrança, precisamos chamar então de forma bem
779 acolhedora para ver se vem bastante gente para posterior tomar outras medidas. A
780 ideia é atrair mesmo esses devedores. Mais do que ficar autuados novos
781 profissionais, novas empresas é também importante receber o que está para traz.
782 Com relação aos índices, confesso que me submeto a orientação deles e aprovação
783 dos senhores. ” Com a palavra o Conselheiros Marcelo Martins Guimarães diz: “Não
784 sei se tornaria mais complicado ainda, acredito que boa parte desses débitos,
785 devem ser dos próprios profissionais. Eu a título de sugestão que para chegar
786 nesses 100%, que fossem profissionais técnicos, engenheiros do sistema que teriam
787 essas dívidas, porque se forem, empresas, multas que não forem pessoas físicas,
788 ou pessoas registradas no sistema, que não chegasse a 100%, uma vez que é
789 quase inédito ter um desconto de 100% da multa e juros. Agora os profissionais,
790 podem estar passando por dificuldades financeiras, pessoas que contribuíram com o
791 sistema durante muito tempo, poderia então ser pensado uma forma de priorizar
792 essas pessoas. ” Com o superintendente Átila diz: “Os itens aqui colocados além de
793 ser longamente debatidos, com o pessoal do jurídico e do financeiro, ele se utilizou
794 de uma PL que foi utilizada no ano passado. Essa PL, ela prevê 80% de desconto
795 sobre parcelamento, abstenção de honorários advocatícios. Então as unidades
796 envolvidas, entenderam reutilizar essa PL do ano passado, porém sua sugestão
797 pode ser incluída para ser debatida, trata-se de uma proposta para que os
798 profissionais e pessoas jurídicas registradas no sistema alcancem 100% de multas e
799 juros, e os demais que não possuem registro no conselho alcancem 80% de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, E AGRONOMIA DO ESTADO DE MATO GROSSO
SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA Nº 731 DE 09 DE OUTUBRO DE 2018**

800 desconto sobre multas e juros. ” Com a palavra o Conselheiro José Mura Junior
801 (IEM-MT) diz: “São as empresas e os profissionais que estão atrelados a ela, então
802 se você recupera a empresa, você recupera o emprego. Eu não concordo com isso,
803 se vamos fazer um mutirão, que seja geral, essa é minha opinião. ” Com a palavra o
804 Presidente do João Pedro Valente diz: “Nós temos duas propostas, a primeira é
805 como está apresentada no mural, a segunda é a proposta do Conselheiro Marcelo,
806 que é de colocar um desconto menor para aqueles que não possuem registro no
807 conselho. **Em votação:** aprovada a primeira proposta pela maioria dos votos.
808 Segue então ao próximo item da Pauta. **10.0 - PALAVRA LIVRE:** . Não houve
809 registro para que se conste em ATA. “Para constar, eu, Rosimar dos Santos Sobral,
810 Analista Administrativo, transcrevi a presente Ata, que após lida, discutida e
811 aprovada, será assinada pelo Presidente da mesa e pelos Conselheiros presentes.
812 Engenheiro Agrônomo João Pedro Valente (PRESIDENTE),

813 Engenheiro Agrônomo Adilson Amorim Brandão (UNIVAG),

814 Engenheiro Agrônomo Adriano Ronchi (AEA/MT),

815 Engenheira Civil Alessandra Lopes Rodrigues Moreira Castilho (ABENC),

816 Engenheiro Civil Archimedes Pereira Lima Neto (ABENC/MT),

817 Engenheiro Sanitarista e de Seg. do Trabalho Aubeci Davi dos Reis (AMAEST),

818 Engenheiro Florestal Benedito Carlos de Almeida (AMEF),

819 Engenheiro Sanitarista Benildo Valério de Farias (AESA),

820 Engenheiro Agrônomo Bruno Boscov Braos (AEASA-SAPEZAL),

821 Engenheira Civil Bruna Becker (IBAPE),

822 Engenheiro Agrônomo Carlos Luiz Milhomem de Abreu (AEA/MT),

823 Engenheiro Agrimensor Carlos Roberto Michelini (AREA),

824 Engenheiro Agrônomo Clovis do Lago Albuquerque (AEAPL),

825 Engenheiro Agrônomo Davi Martinotto (AEA/MT),



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, E AGRONOMIA DO ESTADO DE MATO GROSSO
SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA Nº 731 DE 09 DE OUTUBRO DE 2018

- 826 Engenheiro Eletricista Edson Dias (AMEE),
- 827 Engenheiro Eletricista Edson Domingues de Miranda (SENGE),
- 828 Engenheiro Civil Elesbão Moreno da Fonseca (SENGE),
- 829 Engenheiro Agrônomo Eliandro Zaffari (AEAS),
- 830 Engenheiro Agrônomo Francisco Guirado Fustaine (ANHANGUERA),
- 831 Engenheiro Florestal Joaquim Paiva de Paula (AMEF),
- 832 Engenheiro Florestal Joaquin Teodoro da Silva Neto (AENOR),
- 833 Engenheiro Civil José Augusto da Silva (SENGE),
- 834 Engenheiro Civil João de Deus Guerreiro Santos (UFMT),
- 835 Engenheiro Civil José Mura Junior (IEMT),
- 836 Engenheiro Agrônomo José Renato Perinete (AEAGRO),
- 837 Engenheira Civil Luanna Cristina de Paula Lima (ABENC),
- 838 Engenheiro Agrônomo Marcelo Cesar Capelotto França AEAGRO/ROO),
- 839 Engenheiro Sanitarista Marcio Roberto de Queiroz Gonçalves (AESA),
- 840 Engenheiro Florestal Marcelo Martins Guimarães e Silva (AMEF),
- 841 Engenheiro Eletricista Marcos Vinicius Santiago Silva (AMEE),
- 842 Engenheiro Agrônomo Plinio Barbosa (AEAGRO/ROO),
- 843 Engenheira Civil Rejane Mara Castiglioni Alves Scaravelli (ABENC/MT),
- 844 Engenheiro Agrônomo Roberto Knoll (AENOR),



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, E AGRONOMIA DO ESTADO DE MATO GROSSO
SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA Nº 731 DE 09 DE OUTUBRO DE 2018

- | | |
|-----|--|
| 845 | Engenheiro Civil Ronaldo de Abreu Gonzalez (AENOR), |
| 846 | Engenheiro Florestal Ronaldo Drescher (UFMT), |
| 847 | Engenheiro Mecânico Sebastião Weis Andrade Junior (SENGE/MT), |
| 848 | Geólogo Sinvaldo Gomes de Moraes (AGEMAT), |
| 849 | Engenheiro Agrônomo Valmor Volpato (AEAS), |
| 850 | Engenheiro Sanitarista Victor Juliano Barros dos Santos (AESAs), |
| 851 | Engenheiro Agrônomo Walter José Buzatti (AEAGRO). |
| 852 | |
| 853 | |
| 854 | |
| 855 | |
| 856 | |
| 857 | |